

## **Ações Educativas e a Construção da Cidadania**

Área Temática de Direitos Humanos

### **Resumo**

Este trabalho apresenta algumas reflexões acerca do “Projeto de Assessoria ao OP/SP, de capacitação dos delegados (as) e conselheiros (as) do OP e de realização de uma pesquisa do perfil dos participantes do OP”, desenvolvido pelo Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento da Política de Assistência Social, em conjunto com a equipe de formação da Coordenadoria do Orçamento Participativo – COP, da cidade de São Paulo, que tem como objetivo desenvolver ações educativas junto aos delegados e conselheiros do OP. Ao longo dos três anos que vem sendo realizado, construiu-se uma metodologia de trabalho relacionada tanto diretamente às ações educativas, quanto à assessoria para a equipe da COP. Essa metodologia teve como fundamento básico a efetiva participação dos sujeitos na construção da proposta de trabalho, na sua execução e avaliação. Seus principais resultados expressam-se não só no número significativo de pessoas que participaram das ações educativas, 1.100 delegados, mas também na construção da autonomia da equipe da COP, que hoje executa seu próprio programa de formação, tendo o Núcleo como assessor.

### **Autores**

Leonardo Avritzer, doutor em Ciência Política/UFMG

Eleonora Schettini Martins Cunha, assistente social, mestra em Ciência Política/UFMG.

Edite da Penha Cunha, assistente social, mestranda em Ciência Política/UFMG

### **Instituição**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Palavras-chave: orçamento participativo; programa de formação; assessoria

### **Introdução e objetivos**

A implementação de instituições híbridas, que Avritzer e Pereira (2002) assim as identificam por haver a partilha de poder entre sociedade e Estado, como os conselhos de políticas e os orçamentos participativos, que viabilizaram a participação popular na definição e no controle sobre as políticas públicas representa um grande avanço nas relações entre sociedade e Estado no Brasil. Movimentos sociais que afirmaram sua autonomia frente ao Estado durante o processo de redemocratização aliam suas lutas específicas por direitos sociais a reivindicações por ampliação da participação política para além do processo eleitoral. Surgem “novos personagens”, organizações e movimentos que mobilizaram as classes populares, sujeitos dispostos a atuar no novo cenário que se descortinava.

A Constituição de 1988 inseriu em seu texto o direito da população à participação na elaboração e controle das ações de governo, especialmente os art. 194, 198, 204, 206 e 227, sendo que as leis que regulamentaram os artigos referentes à seguridade, saúde, assistência social, criança e adolescente, dentre outros, estabeleceram a implantação de conselhos como mecanismos que viabilizariam a participação popular, tendo como referência experiências anteriores na área da saúde. A partir das determinações legais, são criados os diversos conselhos de políticas, sendo que só no âmbito municipal foram registrados mais de 25 mil em todo o Brasil, no ano de 1999.

Em pesquisa recente realizada junto aos principais conselhos do município de Curitiba, Fuks et al (2003) identificam que os conselheiros reconhecem o impacto positivo desta participação, ainda que percebida de forma diferenciada conforme os segmentos neles representados. Por outro lado, sua pesquisa aponta para a reprodução das desigualdades no que diz respeito à posse de recursos de cultura política presentes na sociedade brasileira para o interior do próprio conselho. Esta desigualdade é identificada por vários autores que analisam as experiências de institucionalização da participação, mas é também percebida pelos próprios atores, que a traduzem em recorrentes demandas por capacitação, de modo que venham a participar dos processos deliberativos em condições mais iguais.

A necessidade de avançar na efetivação de processos de gestão de políticas democráticas participativos fez com que alguns governos estaduais e municipais percebessem a necessidade de aumentar o investimento na capacidade crítica, política e operacional tanto de agentes das administrações quanto de delegados e conselheiros, visando uma atuação qualificada nos novos espaços de participação. Algumas demandas por capacitação têm chegado ao Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento da Política de Assistência Social - NUPASS nos últimos quatro anos, levando o Núcleo a desenvolver diversas ações de extensão que visam o fortalecimento de experiências de democracia participativa, articulando a pesquisa e o ensino com as demandas, interesses e necessidades da sociedade, promovendo a interação entre o saber acadêmico e o saber popular, inclusive propiciando a produção de novos conhecimentos, resultantes da interação entre teoria e prática.

Dentre as ações de extensão desenvolvidas, situa-se uma parceria com a Prefeitura de São Paulo para o processo de capacitação de gestores, delegados e conselheiros do Orçamento Participativo – OP daquele município. Neste documento, é apresentada a sistematização do processo de capacitação dos delegados do OP de São Paulo, realizado em 2002, os pressupostos que o nortearam, bem como os métodos, técnicas e conteúdos utilizados para assessoria da equipe de formação da COP em 2003.

## Metodologia

A função sócio-institucional básica da Universidade é a educativa, função que tem perpassado as principais ações de extensão do NUPASS. Educação é aqui compreendida de modo mais amplo que o processo de ensino formal, pois diz respeito aos processos pelos quais os grupos sociais criam e recriam suas formas sociais, produzindo e reproduzindo o saber desses grupos. Há, portanto, vários modelos de educação, formais e informais, que envolvem saberes produzidos e transmitidos pelo sistema formal de ensino e através do convívio social, todos envolvendo situações de aprendizagem, ou seja, processos de aprender-e-ensinar. A educação, e conseqüentemente, o saber, existem por toda parte, e essa constatação gerou diversas experiências de educação popular no Brasil, oriundas de atividades de extensão universitária, que ganharam maior visibilidade especialmente com Paulo Freire, na década de 1960.

Pode-se, assim, falar em saber científico e saber popular. O saber científico (ou acadêmico) é aquele feito tradicionalmente na Universidade, produzido de forma objetiva e científica, que deve ser testado, comprovado e reconhecido pelos seus pares. O saber popular é gestado no cotidiano, expressa a compreensão e o modo de vida de determinada classe social, ou seja, é fruto da reflexão sobre as experiências de vida dessas classes, decorrente de sua práxis aqui entendida como “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1974:40). Ambos os saberes são frutos de momentos históricos e, portanto, não são permanentes ou duradouros, são transformados e transformam. O saber, portanto, não é único nem universal, é produzido no cotidiano e na ciência, de forma articulada e complementar.

A ação educativa, portanto, é entendida como um processo político-pedagógico, que tem como premissas alguns princípios ético-pedagógicos baseados no protagonismo dos cidadãos e na construção de sua autonomia e emancipação. Nesse sentido, o conhecimento popular sobre a realidade da cidade, seus problemas e possíveis soluções indicam que o processo pedagógico deve ser entendido como um intercâmbio de saberes e conhecimentos entre facilitadores e participantes, cujas experiências, muitas vezes distintas, certamente são complementares.

Essa atividade de extensão universitária apresenta-se como a possibilidade de socialização do saber produzido na Universidade, que possibilita a troca com outros saberes, socialmente produzidos. As atividades de capacitação dos delegados e dos conselheiros do OP de São Paulo foram pensadas nessa perspectiva, a partir da compreensão de que a função educativa deve se dar através de uma relação pedagógica baseada na participação dos sujeitos envolvidos, no intuito de que construam conhecimento crítico sobre sua realidade e estabeleçam estratégias coletivas de intervenção na mesma, com o objetivo de alcançar a emancipação humana.

A partir desses pressupostos, deu-se o planejamento participativo das ações, originando um projeto comum, compartilhado pelos que demandaram a ação e pela equipe do Núcleo. No caso da capacitação para os delegados e conselheiros do OP de São Paulo o processo interativo entre a Coordenadoria do Orçamento Participativo - COP e o NUPASS resultou num projeto comum, que atendia as necessidades da Coordenadoria e a missão acadêmico-social da universidade. Esse processo de planejamento participativo permitiu conhecer os atores, seus interesses e necessidades, bem como as transformações que almejavam. Neste caso específico, o planejamento foi realizado através de reuniões entre as equipes de São Paulo e da universidade, bem como de um Seminário, do qual participaram as equipes da COP, do Instituto Pólis e do Departamento de Ciência Política-UFMG, quando foram discutidas e definidas as bases do processo de capacitação.

O processo de planejamento pode ser descrito em duas fases. Uma primeira, na qual foi feita a identificação da demanda, ou seja, as expectativas dos demandantes, o levantamento de dados e informações relacionados ao tema da capacitação (município de São Paulo, ciclos do OP de 2001 e 2002), as características do público-alvo, as possibilidades de atuação e parcerias, a identificação dos objetivos para adequar métodos e técnicas. Numa segunda fase, preparatória, foi feita a definição do quadro de referência que sustentou o projeto, considerando os diversos aspectos que foram identificados na fase anterior; a definição do instrumento pedagógico (curso), a preparação do material didático e pedagógico adequado ao público-alvo, a preparação de plano de ação.

A opção metodológica associa princípios e instrumentos, ética e procedimentos. Nesse sentido, a opção metodológica está baseada na abordagem crítica e construtivista, pois resgata conhecimentos e saberes, possibilita a construção de novos saberes à partir da interação dos diversos atores sociais, da diversidade e da pluralidade de atores e idéias, que enriquecem o processo pedagógico. A metodologia, portanto, é essencialmente participativa, indo contra a prática de transferência de saber, que pressupõe alguém saber e outro não saber, que deve receber e aplicar o que aprende. Princípios metodológicos participativos estimulam a cooperação, o comprometimento, a solidariedade entre os participantes, estimulando-os a estarem conectados entre si, com capacidade de reflexão e de tomar decisões por si mesmos.

O texto e o material pedagógico utilizados sintetizaram as informações produzidas a partir dos estudos realizados e foram apresentados em linguagem compatível com os sujeitos das ações educativas, ou seja, considerando quem faz/fala, assunto, destinatário, interação, contexto, pressupostos assumidos, canal utilizado, etc. A produção desse material possibilitou a formação e a exposição de pontos de vistas diversos, numa relação dialógica com os leitores, possibilitando a interação texto-usuário. Esse material foi utilizado como base para

reflexões e discussões que perpassaram as atividades desenvolvidas, e elas foram fonte permanente de sua revisão.

Os conteúdos abordados no texto e no material, para reflexão nas ações educativas, foram trabalhados de forma contextualizada, ou seja, situados no tempo e no espaço. Foram eles: Democracia representativa e participativa; Cidadania; Espaços público e privado; Participação; Governo autoritário e sua relação com a desigualdade e as carências urbanas; Formação e organização da sociedade civil no Brasil: associações, movimentos sociais, movimento constituinte e novas formas de participação; Constituição de 1988 - princípio da participação, novos direitos e nova forma de gestão das políticas sociais; Poderes Executivo e Legislativo (funções e competências); Orçamento: privado, público e participativo; Ciclo do OP de São Paulo; Papel e as funções de novos atores no processo de deliberação pública e no controle público.

No primeiro ano do projeto, as ações educativas foram executadas sob a responsabilidade direta do NUPASS, com o apoio da equipe da Prefeitura, abordando os temas descritos anteriormente, a partir das dimensões descritas a seguir, que possibilitaram aos facilitadores fazerem das informações algo que mediam a ação educativa e o estabelecimento de uma relação de conjugação entre a ação e a reflexão.

1. Sensibilização - Dimensão em que os participantes entraram em contato com o tema, através de construções teóricas, traduzidas em linguagem apropriada, tratando de aspectos da realidade relacionados com a temática. Nesta dimensão também são resgatados os conhecimentos produzidos e acumulados pelos grupos. Para concretizar esta dimensão, foram utilizadas técnicas de apresentação dos participantes resgatando aspectos cognitivos de sua vida, peça de teatro abordando a temática ("Em terra de urubu, quem cuida do lixo é rei", adaptada para o Orçamento Participativo), texto de apoio, apresentação do processo do OP de São Paulo (2001 - 2002), bem como a situação da execução do mesmo e apresentação de experiência bem sucedida de participação no OP.

2. Problematização - Dimensão que provocou a reflexão dos participantes acerca do tema, através da mobilização de informações, experiências, idéias e conhecimentos, procurando desenvolver sua capacidade de raciocinar por si mesmos e de relacionar, deduzir e sintetizar. Foram utilizados roteiros de questões orientadoras, por parte dos facilitadores, com o intuito de avançar nos esclarecimentos necessários e criar ambiente favorável ao desenvolvimento de posicionamentos propositivos. As técnicas utilizadas foram o trabalho em pequenos grupos, que oportunizaram o contato face-a-face e o aumento do nível de participação das pessoas, e o debate consistente e ampliado de idéias e experiências, gerando novas idéias coletivas e aumentando a interação entre os participantes. Também foram utilizados jogos de quebra-cabeças e com palavras-chave e montagem de figuras.

3. Visualização - Dimensão que se ocupou do registro visual permanente do processo de capacitação, para que todos tivessem conhecimento, de forma organizada, objetiva e transparente, das idéias discutidas e construídas. As técnicas utilizadas foram a construção de cartazes, a preparação de transparências, exposições em murais dos trabalhos dos grupos.

4. Sistematização - Dimensão em que foram realizadas sínteses dos conteúdos trabalhados, dos resultados dos grupos, da análise situacional. Também foi realizado levantamento de proposições e encaminhamentos, bem como planejamento de intervenções. As técnicas utilizadas foram a elaboração de resumos para relatos orais, preparação de material para transparências e cartazes.

5. Socialização dos resultados - Dimensão em que houve o compartilhamento dos resultados e das tomadas de decisões, bem como o estabelecimento de responsabilidades e co-responsabilidades na efetivação dos resultados. As técnicas utilizadas foram as apresentações dos produtos dos sub-grupos ao grupo e deste aos demais, nas plenárias. Também foram preparados relatórios de cada capacitação para a COP.

6. Avaliação - Dimensão que possibilitou a aferição do nível de satisfação dos participantes em relação aos conteúdos trabalhados, às técnicas utilizadas, aos facilitadores, à sua própria participação, à infra-estrutura disponibilizada, dentre outros aspectos. Essa dimensão possibilitou a permanente revisão e adequação dos instrumentos e técnicas utilizados para as ações educativas subseqüentes.

#### Resultados e discussão

A ação educativa relacionada a esses novos atores sociais buscou desenvolver potenciais e habilidades, que contribuíssem para o exercício de suas funções, sendo também um processo político, de interação, de formação para a cidadania e para a democracia, pois na ação educativa produz-se coletivamente um conjunto de significações sociais, culturais e políticas, através da troca de saberes, compartilhamento de significados, potencialização da capacidade de crítica.

Esses potenciais mostram-se de grande relevância para aqueles que participam das instituições híbridas, como os conselhos e os OPs, pois elas são instâncias onde as diferentes idéias e projetos de sociedade são debatidos e decisões estratégicas são tomadas. Para isso, torna-se imprescindível a democratização das informações, ou seja, torná-las acessível a todos os sujeitos envolvidos, pois "não é possível fazer o debate em condições de igualdade, ainda que limitadas, sem que todos tenham igualmente as informações necessárias", podendo recair na "presença passiva, cooptável, que muitas vezes é usada para legitimar ações nem sempre discutidas e construídas coletivamente" (Gomes, 2000, p.170). Considera-se que o acesso e a construção coletiva e crítica ao conhecimento dá o caráter politizante da democratização das informações.

Considerando as características das instituições híbridas de gestão e de deliberação, as ações educativas têm "como perspectiva o oferecimento de instrumentos aos sujeitos sociais para que possam se apropriar da informação e do conhecimento necessários ao exercício da participação popular na gestão pública" (De Marco, 2000:157). Decorre daí a importância de que seus integrantes, principalmente os representantes da sociedade civil, estejam de posse de conhecimentos que lhes permitam compreender as informações que são essenciais para deliberações qualificadas. Essa parece ser uma condição para que possam influir de forma propositiva e decisiva nas ações do governo e no controle público sobre essas ações.

A efetividade das ações dos que participam das instituições híbridas está estreitamente relacionada à sua capacidade de apreender o real em sua singularidade, os processos complexos que permeiam os problemas ou fenômenos sociais com os quais lidam, bem como o campo de mediações da sua atuação. Isso lhes permite compreender a particularidade da realidade em que atuam, dando dupla dimensão à sua prática: conhecimento - intervenção, articulando-as dialeticamente, conforme destaca Pontes (2000, p.47).

Os múltiplos atores que participam do processo de capacitação espelham a própria estrutura das experiências de gestão participativa, ou seja, espaços de presença em que atores diferentes compartilham interesses e objetivos, o que demanda cooperação em inúmeras situações. Assim também deve ser a ação educativa, espaço de aprendizado e de cooperação entre atores diferentes. Suas histórias distintas são fonte de riqueza quanto a conhecimentos e experiências acumuladas que, na interação, permitem o amadurecimento de idéias e a formulação de novos saberes. Assim, toda a ação educativa é permeada pelo respeito à cultura local e aos estágios de participação e de conhecimento de cada participante.

Um outro aspecto considerado relevante é o entendimento da ação educativa como ação comunicativa, em que a linguagem possibilita a interação e a integração entre sujeitos, que se relacionam com o mundo através de mediação da linguagem. As atividades pedagógicas, portanto, são baseadas no uso de linguagem, entendida como meio de manifestação do pensar e do querer, de se estabelecer vínculos, de direcionar ações – campo

de interação social. Através de práticas comunicacionais dos grupos que vivenciam o cotidiano, estruturam-se informações relativas às suas experiências.

A linguagem, portanto, é entendida como uma atividade pública, como ação entre indivíduos orientada para um fim, que perpassa as práticas dos membros da sociedade e que permite a participação, a descoberta e a construção dos significados e seu compartilhamento (Habermas). Nesse sentido, torna-se estratégica a utilização de instrumentos e técnicas pedagógicas que possibilitem a interlocução e a argumentatividade – problemas estudados em conjunto, discussão de explicações ou soluções, utilização de processos deliberativos, avaliação dos resultados para todos - uma vez que os processos de raciocínio e argumentação ativam articulações cognitivas.

As ações educativas do NUPASS utilizam-se de alguns pressupostos de pesquisa participante, que preconiza a adaptação da proposta à realidade, a participação da sociedade nos processos decisórios, identificação dos sistemas de valores das comunidades envolvidas, adição de conhecimentos técnico-científicos aos conhecimentos existentes na comunidade, socialização dos resultados, processo participativo e cooperativo (Soares, 2000: 46). Neste sentido, tem como requisitos básicos o respeito à cultura e hábitos locais, o compromisso com a verdade, a interação entre os grupos envolvidos, a preocupação com a isenção, a produção e a socialização de novos conhecimentos, enfim, a educação continuada. Valoriza o conhecimento adquirido pela prática, na qual se relacionam sujeito e objeto. Prática aqui entendida como atividade social, que oportuniza cooperação entre ação e reflexão, em que se partilha concepções com outros, constrói-se saberes, intervém-se no mundo.

Em síntese, o trabalho foi desenvolvido tendo as seguintes diretrizes e estratégias: o cotidiano, a vida diária é referência para a ação educativa, pois é ela que se pretende transformar. Pretende-se desenvolver postura crítica frente à realidade, refletindo sobre ela, sobre seu conteúdo histórico, causas e conseqüências das questões relevantes; socializar experiências de vida, oportunizando criar laços de solidariedade entre os participantes; discutir valores éticos que possam informar a construção de uma nova realidade (justiça, igualdade, liberdade, etc.); as ações educativas devem ser participativas, dialógicas e democráticas, que possibilitem trabalhar a relação entre teoria e prática, bem como contribuam para a formação de cidadãos ativos, que assumam seus direitos e responsabilidades quanto à decisão; estimular e favorecer o compromisso coletivo, fortalecendo movimentos e organizações da sociedade civil; difundir a cultura dos direitos, em detrimento da cultura do clientelismo e do patrimonialismo; possibilitar o diálogo entre valores e culturas diferentes, próprias de uma sociedade plural e complexa, articulando igualdades e diferenças; educadores / facilitadores como mobilizadores de "processos pessoais e grupais de cunho cultural e social" (Candau e Zenaide, 1999:20), que contribuem para a articulação dos conteúdos com a realidade e com a apropriação do conhecido socialmente produzido.

Facilitador, nessas ações, foi o catalisador e orientador metodológico, que organizou e orientou o processo de discussão dos grupos, estimulando a participação de todos na ação educativa, resgatando conhecimentos do grupo e utilizando recursos adequados à estimulação da reflexão e à proposição de alternativas de ações ou de produtos oriundos das reflexões. Suas principais funções foram: criar um ambiente de cordialidade, respeito e objetividade, motivando os participantes para os trabalhos em grupo; facilitar a comunicação interpessoal e a construção de respostas coletivas; atuar como elemento de ligação entre os participantes do grupo; estimular a participação de todos os integrantes do grupo, mobilizando suas experiências e conhecimentos, de forma equilibrada, reduzindo a centralização do uso da palavra e do rumo das decisões; sensibilizar o grupo quanto à temática e proposta de trabalho do evento; criar oportunidades de acesso a informações e de processamento de conhecimentos; garantir a objetividade dos trabalhos; colaborar para que o grupo alcançasse

os resultados esperados; apoiar com métodos, técnicas e instrumentos os trabalhos do grupo; despertar auto-estima do grupo, valorizando suas experiências, suas necessidades e tratando dos interesses comuns.

### Conclusões

No primeiro ano do projeto, as equipes da Prefeitura e do NUPASS atuaram em conjunto, mas com funções diferenciadas: o Núcleo assumiu as ações educativas diretamente e a COP cuidou da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades, acompanhando-as e avaliando-as em conjunto. Foram realizados encontros avaliativos, que possibilitaram rever a metodologia, os conteúdos e técnicas, trocar informações e conhecimentos.

No segundo ano, a equipe da COP construiu sua proposta de formação, na qual passou a assumir as ações educativas relacionadas aos delegados e parte das atividades do curso de conselheiros, cabendo à universidade assessorá-la na construção do seu programa, contribuir nas discussões relacionadas à sua proposta metodológica, acompanhar e avaliar as atividades, oferecendo subsídios para seu aprimoramento.

Neste ano, o terceiro e último do projeto, a equipe de formação da COP, mais autônoma e experiente, assume praticamente todas as fases do planejamento e da execução das atividades, contando com a assessoria do Núcleo na discussão de temas que julgou relevantes, no acompanhamento e na avaliação das ações. O projeto, portanto, além de contribuir para a construção da autonomia dos participantes do OP, pôde contribuir na construção da autonomia da própria equipe de formação da Coordenadora, que toma para si a responsabilidade e o desafio de implementar seu próprio programa de formação.

Esse programa de formação, da COP, passou a incorporar outras ações educativas, desenvolvidas no âmbito da parceria da Prefeitura com a UFMG, através da participação dos delegados nos Fóruns de Democracia Participativa e Seminários Internacionais. Nessa perspectiva, a idéia de capacitação com a qual trabalha-se foi potencializada e ampliada, ao criar oportunidades de participação dos delegados em outros espaços de reflexão e discussão, entendendo que a ação educativa pode acontecer através de diversos processos e que a capacitação, também, é um processo político de interação que forma para a cidadania e para a democracia, pois durante a capacitação produz-se coletivamente um conjunto de significações sociais, culturais e políticas.

A capacitação coletiva permite troca de saberes, compartilhamento de significados e potencialização da capacidade crítica dos delegados. Entendemos que o projeto de capacitação coloca um grande desafio para a equipe de formação da COP, que se configura na necessidade de chamar à discussão para a ação educativa do processo do OP como um todo, ou seja, considerar que todos os envolvidos no processo de gestão democrática participativa têm um papel educativo fundamental a ser desempenhado.

### Referências bibliográficas

AVRITZER, Leonardo e PEREIRA, Maria de Lourdes D. Democracia, participação e instituições híbridas. Belo Horizonte: UFMG /DCP, 2002 (mimeo).

BROSE, Markus. Metodologias participativas: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

CANDAU, Vera e ZENAIDE, Maria de Nazaré T. (Org.). Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos. João Pessoa, 1999.

DE MARCO, Patrícia S. Orçamento participativo: locus do fazer político-pedagógico. In: Capacitação em Serviço Social e política social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB/CEAD, 2000.

FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato M. e RIBEIRO, Ednaldo A. "Cultura Política e Desigualdade: O Caso dos Conselhos Municipais de Curitiba". In: Revista de Sociologia e Política, nº 21: 125-145 nov. 2003.

GOMES, Ana Ligia. " Os Conselhos de políticas e de direitos". In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB/CEAD, 2000.

PONTES, Reinaldo N. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: Capacitação em Serviço Social e política social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB/CEAD, 2000.

SOARES, Virginia. M.S. "Metodologias Participativas para projetos educacionais e tecnológicos" IN: THIOLENT, Michel et alli (org). Metodologia e eperiência em projetos de extensão. Niterói: EdUFF, 2000.

SOUZA, João F. A produção do conhecimento na educação popular. In: Cadernos Abess n. 2. São Paulo: Cortez, 1988.

THIOLENT, Michel, ARAÚJO FILHO, Targino, SOARES, Rosângela L.S. (org.). Metodologia e experiências em projetos de extensão. Niterói: EdUFF, 2000.